

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

# **RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ**

**1º SEMESTRE - 2003**

Fortaleza-CE  
Setembro/2003

## EQUIPE TÉCNICA

### COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

### ELABORAÇÃO

Ronaldo de Oliveira Almeida

### COLABORAÇÃO

Cláudio André Gondim Nogueira

Francis Carlo Petterini

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Rogério Barbosa Soares

### EDITORAÇÃO

Dulcineide Bessa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o Resultado do Tesouro do Estado do Ceará referente ao primeiro semestre de 2003.

O documento aborda o desempenho das contas públicas do Estado do Ceará, com ênfase no Resultado Primário, Receitas e Despesas, Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado, Dívida Pública Estadual, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Com a publicação do Resultado do Tesouro do Estado do Ceará o IPECE procura suprir a demanda da sociedade por informações sobre as finanças públicas do Estado do Ceará.

Marcos Costa Holanda  
Diretor Geral do IPECE



## SUMÁRIO

- 1 RESULTADO FISCAL DO TESOUREO ESTADUAL, **7**
  - 1.1 Resultado Primário, **7**
  - 1.2 Receitas, **8**
  - 1.3 Despesas, **10**
- 2 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ, **12**
  - 2.1 Receitas e Despesas, **12**
  - 2.2 Resultado Primário das Contas Previdenciárias, **13**
- 3 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, **14**
  - 3.1 Evolução Dívida/PIB, **14**
  - 3.2 Serviço da Dívida Pública, **15**
  - 3.3 Composição da Dívida, **16**
  - 3.4 Financiadores da Dívida Estadual, **16**
  - 3.5 Indexadores da Dívida, **17**
  - 3.6 Evolução Dívida Pública Per Capita, **17**
  - 3.7 Considerações Finais, **18**
- 4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE), **19**
- 5 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF), **19**
  - 5.1 Considerações sobre o Fundo, **19**
  - 5.2 Receitas e Despesas, **20**
  - 5.3 Origem das Receitas do Fundo, **20**



## 1 RESULTADO FISCAL DO TESOIRO ESTADUAL

### 1.1 Resultado Primário

No primeiro semestre de 2003, o Estado do Ceará acumulou um superávit primário de R\$ 453,97 milhões, equivalentes a 1,68% do PIB estimado para 2003, mantendo praticamente a mesma performance do mesmo período de 2002 (1,64%), conforme disposto na tabela 1. No período, as receitas fiscais correntes alcançaram R\$ 2,82 bilhões, enquanto as despesas totalizaram R\$ 2,22 bilhões ambas a preços correntes.

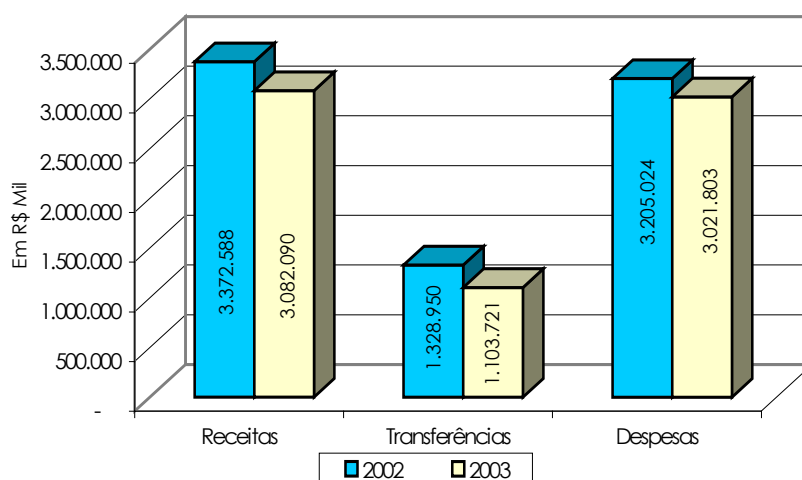
Tabela 1 Resultado Primário – Ceará – 1º Semestre/2002-2003

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Mil Correntes	
	2002	2003
RECEITAS FISCAIS CORRENTES	2.523.765	2.822.175
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.227.853	1.444.995
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	138.017	181.653
Receita Previdenciária	138.017	181.653
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	24	346
Receita Patrimonial	37.745	24.750
(-) Aplicações Financeiras	37.720	24.404
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.081.431	1.103.721
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	76.440	91.461
Dívida Ativa	4.813	5.673
Diversas Receitas Correntes	71.627	85.788
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL	107.696	127.807
Receitas de Capital Líquidas	107.696	127.807
(-) Operações de Crédito	84.431	106.846
(-) Amortizações de Empréstimos	154	57
(-) Receitas de Alienação de Ativos	-	801
Transferências de Capital	100.690	115.999
Convênios	100.690	115.999
Outras Transferências de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital	7.006	11.808
<b>TOTAL (I)</b>	<b>2.631.462</b>	<b>2.949.982</b>
DESPESAS FISCAIS CORRENTES	1.903.463	2.220.233
DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS	1.903.463	2.220.233
Pessoal e Encargos Sociais	978.684	1.184.923
Outras Despesas Correntes	924.779	1.035.310
(-) Juros e Encargos da Dívida	105.853	146.682
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL	322.479	275.781
DESPESAS LÍQUIDAS DE CAPITAL	322.479	275.781
Investimentos	320.692	273.360
Inversões Financeiras	1.787	2.420
(-) Concessão de Empréstimos	154.754	196.355
(-) Amortização da Dívida	121.534	182.752
<b>TOTAL (II)</b>	<b>2.225.942</b>	<b>2.496.014</b>
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>405.519</b>	<b>453.968</b>
<b>IV - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>	<b>1,64%</b>	<b>1,68%</b>

Fonte: SEFAZ/IPECE

No primeiro semestre de 2003 a receita total do Estado do Ceará, constituída pelas receitas fiscais adicionadas as Receitas de Capital e Outras Receitas Correntes, alcançou o valor de R\$ 3,08 bilhões, resultando numa queda de 8,61%, em termos reais, em relação ao primeiro semestre de 2002. Já a despesa total, atingiu o montante de R\$ 3,02 bilhões, representando uma queda de 5,72%, em termos reais, em relação ao primeiro semestre de 2002.

Gráfico 1 Receitas e Despesas Total – Ceará – 1º Semestre/2002-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE.

## 1.2 Receitas

A principal fonte de recursos do Estado é constituída pela receita tributária, que representa 46,33% da receita estadual, a mesma alcançou o valor de R\$ 1,44 bilhão, inferior em 3,50%, em termos reais, à obtida em igual período de 2002, conforme mostra a tabela 2.

No primeiro semestre de 2003, as receitas de transferências, segunda maior fonte de receita do Estado, atingiram R\$ 1,10 milhão, inferior em 16,95%, em termos reais, à registrada em igual período de 2002. Essa receita é oriunda dos repasses constitucionais da União para os Estados, sua redução, no período, pode ser explicada pelo baixo nível da atividade econômica do país e pela oferta de incentivos fiscais do Governo Federal baseada no Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).



A receita de capital, no primeiro semestre de 2003, alcançou o valor de R\$ 235,51 milhões, o que representou uma redução de 0,33%, em termos reais, à obtida em igual período de 2002.

Tabela 2 Receitas do Estado do Ceará - 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$ MIL		VARIACÃO (%)
	Jan. a Jun. de 2002 <sup>1</sup>	Jan. a Jun. de 2003	
Tributária	1.497.421	1.444.995	-3,50
ICMS	1.334.308	1.283.606	-3,80
IPVA	106.892	97.759	-8,54
Outras Receitas	27.905	26.491	-5,06
Taxas	28.317	37.139	31,15
Contribuições	169.607	181.653	7,10
Patrimonial	46.384	24.750	-46,64
Agropecuária	18	33	85,33
Industrial	35	34	-1,98
Serviços	12.717	8.388	-34,04
Transferências Correntes	1.328.950	1.103.721	-16,95
Outras Receitas Correntes	81.166	83.006	2,27
Capital	236.291	235.510	-0,33
<b>TOTAL</b>	<b>3.372.588</b>	<b>3.082.090</b>	<b>-8,61</b>

Fonte: SEFAZ.

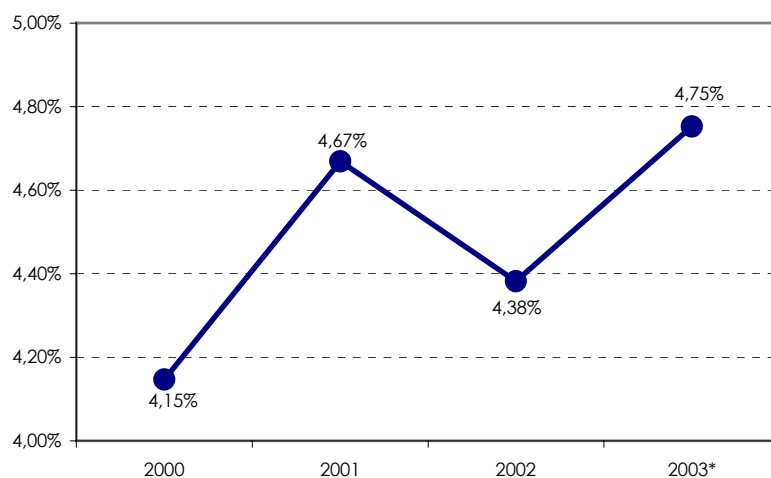
<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de junho/2003.

No primeiro semestre de 2003, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que constitui a maior fonte de recursos do Estado, correspondeu, a 90,82% da receita tributária, atingindo R\$ 1,28 bilhão, inferior em 3,80%, em termos reais, ao valor arrecadado em igual período de 2002.

O decréscimo na arrecadação do ICMS, no primeiro semestre de 2003, demonstra às dificuldades que a economia cearense vem enfrentando, face ao cenário macroeconômico que ora atravessa a economia nacional, com reflexos diretos na redução da atividade econômica e com a conseqüente queda na renda da população.

O gráfico 2, mostra a arrecadação do ICMS em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Ceará, considerando o primeiro semestre dos anos de 2000 a 2003. No primeiro semestre 2000, essa relação representava 4,15%, em 2003 evoluiu para 4,75%, indicando o esforço de arrecadação empreendido pelo governo ao longo do período além da importância do tributo para a economia cearense.

Gráfico 2 Receita do ICMS no Estado do Ceará em % PIB, 1º Semestre/2000-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE

\*Com base no Valor Estimado do PIB para 2003.

Dentre os segmentos com maior representatividade na arrecadação do ICMS, destacaram-se com resultados negativos no primeiro semestre de 2003: o comércio (-21,19%), comunicações (-16,34%), energia (-11,31%) e transportes (-11,03%). Com arrecadação positiva, o destaque foi para o segmento de combustíveis e lubrificantes, com uma taxa de 13,60%, observando que este grupo participa com 23,88% da arrecadação do ICMS. A indústria, com participação de 20,98% apresentou um crescimento de 25,31% em relação ao primeiro semestre de 2002.

No sentido de aumentar a arrecadação estadual, a SEFAZ vem implementando, no âmbito do Estado, um conjunto de medidas visando incrementar a arrecadação em no mínimo R\$ 80 milhões. Dentre tais medidas destacam-se: 1) Criação de grupos de trabalho para estudar possibilidades de identificar novas fontes de receitas (são exemplos: inspeção veicular, reestruturação das taxas estaduais, Fundo de Pobreza, etc.); 2) Aumento do esforço na cobrança da Dívida Ativa; e 3) Campanha "Nossa Nota".

### 1.3 Despesas

Em relação às despesas, estas somaram R\$ 3,02 bilhões, no primeiro semestre de 2003, verificando-se uma redução de 1,48%, em termos reais, sobre o mesmo período de 2002, conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3 Despesas do Estado do Ceará - 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VARIAÇÃO %
	Jan. a Jun. de 2002 <sup>1</sup>	Jan. a Jun. de 2003	
Pessoal e Encargos Sociais	1.202.686	1.184.923	-1,48
Juros e Encargos da Dívida	130.081	146.682	12,76
Outras Despesas Correntes	1.136.443	1.035.310	-8,90
Investimentos	394.093	273.360	-30,64
Inversões Financeiras	192.370	198.775	3,33
Amortização da Dívida	149.351	182.752	22,36
<b>TOTAL</b>	<b>3.205.024</b>	<b>3.021.803</b>	<b>-5,72</b>

Fonte: SEFAZ

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de junho/2003.

A despesa com pessoal e encargos, no valor de R\$ 1,18 bilhão no primeiro semestre de 2003, é o grupo mais representativo (39,21%) da Despesa Total do Estado, as mesmas se mantiveram praticamente no mesmo patamar de igual período do ano de 2002.

O grupo Outras Despesas Correntes, alcançou o valor de R\$ 1,03 bilhão, representando uma redução de 8,90%, em termos reais, em relação ao primeiro semestre de 2002. Nesse agrupamento, abrigam-se as transferências constitucionais e legais feitas aos municípios, conforme estabelece o Art. 158 da Constituição Federal, além das despesas com o custeio da administração estadual (material de consumo, pagamentos aos prestadores de serviços pessoa física e jurídica e locação de mão-de-obra). A redução verificada nesse grupo é positiva e espera-se que deva continuar numa trajetória de queda, ao longo do segundo semestre de 2003, em função do esforço que o Governo vem empreendo no sentido de racionalizar a utilização dos recursos no âmbito da administração estadual.

Para tanto, o Governo do Estado editou o Decreto nº 27.118, de 27.06.2003, estabelecendo novas medidas que reforçarão a política de redução de despesas adotada desde o começo da atual gestão. Entre as medidas que visam a redução de custeio estão: 1) recolhimento de 30% das linhas telefônicas em operação nas repartições; 2) recolhimento de 30% dos veículos disponíveis na máquina do Estado; 3) redução de 15% de diárias pagas a servidores; 4) redução de 15% nos custos com passagens aéreas; 5) redução de 15% nos custos nos serviços terceirizados; e 6) a exigência de um novo redesenho de todos os programas bancados pelo Estado, visando a redução de custos. Com este conjunto de medidas o Estado tem uma expectativa de redução de custeio de manutenção da ordem de R\$ 20 milhões.

Os investimentos do Estado, no primeiro semestre de 2003, somaram R\$ 273,36 milhões, representando uma redução de 30,64% em termos reais, em relação ao mesmo período de 2002.

As despesas com juros encargos da dívida no primeiro semestre de 2003, alcançaram o patamar de R\$ 146,68 milhões, superior em 12,76% em termos reais, ao valor desembolsado no mesmo período de 2002. Tal aumento é reflexo da forte desvalorização do real e elevação da inflação no final de 2002 e início de 2003.

Os gastos com amortização da dívida atingiram R\$ 182,75 milhões, no primeiro semestre de 2003, valor superior em 22,36% ao montante despendido no mesmo período de 2002.

## 2 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ

### 2.1 Receitas e Despesas

As receitas previdenciárias, no primeiro semestre de 2003, atingiram o valor de R\$ 183,19 milhões, representando um acréscimo de 6,97%, em termos reais, em relação ao mesmo período de 2002.

Tabela 4 Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Ceará, 2002-2003.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		PARTICI- PAÇÃO (%)	VARIAÇÃO (%)
	Jan a Jun de 2002 <sup>1</sup>	Jan a Jun de 2003		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	169.606	181.450	99,05	6,98
Contribuição Patronal	104.919	125.792	68,67	19,89
Contribuição do Servidor Ativo	64.687	55.658	30,38	-13,96
Civil	54.360	46.652	25,47	-14,18
Militar	10.327	9.006	4,92	-12,79
RECEITAS PATRIMONIAIS	456	142	0,08	-68,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.196	1.598	0,87	33,57
Compensações Previdenciárias	1.196	1.598	0,87	33,57
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>171.258</b>	<b>183.190</b>	<b>100,00</b>	<b>6,97</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	159.426	184.636	100,00	15,81
Inativos e Pensionistas	159.426	184.636	100,00	15,81
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>159.426</b>	<b>184.636</b>	<b>100,00</b>	<b>15,81</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (II - I)</b>	<b>11.833</b>	<b>-1.446</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ/IPECE.

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de Junho/2003.

Estas receitas são oriundas das contribuições do Estado (68,67% do total da receita) e dos servidores ativos (militares e civis) que participam com 30,38% do total da receita, conforme mostra a tabela 3.

Por outro lado, no mesmo período as despesas com inativos e pensionistas somaram R\$ 184,64 milhões, indicando um incremento de 15,81%, em relação ao primeiro semestre de 2002.

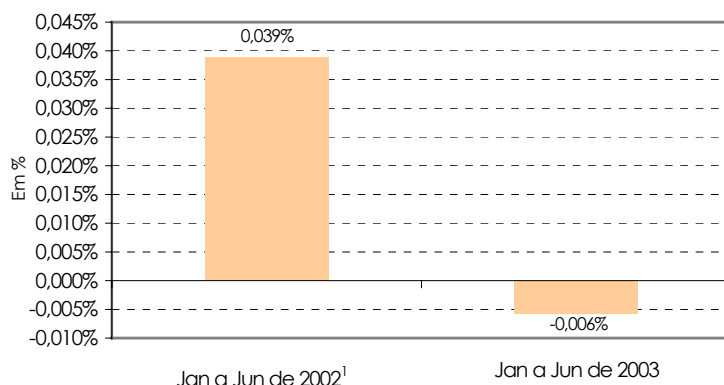
## 2.2 Resultado Primário das Contas Previdenciárias

Confrontando-se as receitas com as despesas previdenciárias, registra-se no primeiro semestre de 2003 um déficit primário de R\$ 1,45 mil, indicando que o Estado vem desembolsando um volume de recursos cada vez maior com o pagamento das aposentadorias e pensões devidas aos servidores inativos e pensionistas.

A destinação de recursos para o pagamento de tais benefícios acaba inibindo a capacidade de investimento do Estado na expansão e melhoria da infra-estrutura, bem como na alocação de recursos em outras áreas como saúde e educação, de forma a melhor atender aos anseios da sociedade.

O gráfico 3 mostra que no primeiro semestre de 2002 houve um superávit primário da ordem de R\$ 11,83 milhões, equivalente a 0,039% do PIB. Em 2003, considerando o mesmo período, constatou-se um déficit de R\$ 1,45 mil, equivalente a uma taxa negativa de 0,006% do PIB, o que demonstra uma piora no resultado das contas do sistema previdenciário do Estado. A reforma da previdência, em fase final de votação no Congresso Nacional, visar reduzir o nível de desequilíbrio do sistema de previdência dos servidores públicos mediante o estabelecimento de novas regras para o sistema.

Gráfico 3 Resultado Primário do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Ceará, 2002-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE.

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%) base agosto/94), a preços médios de Junho/2003.

### 3 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

#### 3.1 Evolução Dívida/PIB

A tabela 5 mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2000. Em julho de 2003, a dívida total do Estado atingiu o patamar de R\$ 4,41 bilhões, valor inferior em 8,70% ao saldo de dezembro/2002. A redução da dívida em R\$ 419,88 milhões foi motivada pela amortização de principal e do efeito da valorização cambial sobre o estoque da mesma ao longo do período de janeiro a julho de 2003.

Tabela 5 Dívida total em % PIB - Ceará - 2000/2003

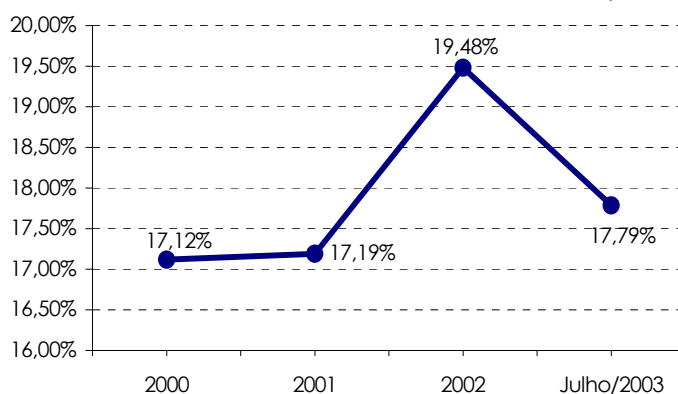
(R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR CORRENTE			
	2000	2001	2002	Julho/2003
Dívida Interna	2.613.472	2.704.740	3.019.939	2.856.811
Dívida Externa	947.190	1.124.685	1.807.452	1.550.699
Dívida Total	3.560.662	3.829.425	4.827.391	4.407.510
PIB	20.800.000	22.276.000	24.779.000	24.779.000
Dívida Total / PIB	17,12%	17,19%	19,48%	17,79%

Fonte: SEFAZ / IPECE.

Do ponto de vista de solvência fiscal, uma variável básica de análise é a relação Dívida/PIB. Uma trajetória ascendente de tal relação indicaria problemas futuros de financiamento das contas estaduais. O gráfico 4, apresenta a evolução da Dívida/PIB. Nele percebe-se que em julho de 2003, a dívida do Estado representa 17,79% do PIB, valor inferior à relação existente no final de 2002 (19,48% do PIB). A meta maior da política fiscal do Estado deve ser a estabilização e gradual redução de tal relação. É questionável uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado pobre como o Ceará. Cabe observar que a dívida consolidada do setor público do Brasil hoje atinge 57% do PIB do País.

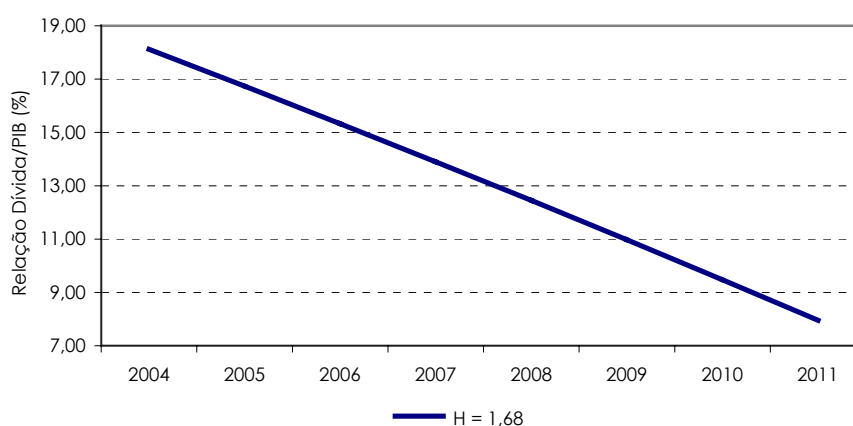
Gráfico 4 Dívida total em % PIB - Ceará - 2000/2003



Fonte: SEFAZ/IPECE

Na hipótese do Superávit Primário obtido no 1º semestre de 2003 (1,68%) se repetir no futuro, e considerando uma taxa de crescimento economia de 3,80% ao ano e uma taxa de juros reais de 6,00% ao ano, o gráfico 5 apresenta a trajetória da relação Dívida/PIB<sup>1</sup>:

Gráfico 5 Trajetória da Dívida – Ceará - 2004/2011



Fonte: SEFAZ/IPECE

### 3.2 Serviço da Dívida Pública

A tabela 6 mostra a trajetória do serviço da dívida. O Estado vem cumprindo normalmente suas obrigações junto aos diversos agentes financiadores. O Valor do desembolso com o serviço da dívida no primeiro semestre de 2003 foi de R\$ 329,43 milhões, representando 17,89% acima do valor pago no mesmo período de 2002. Os Juros e Encargos representam 44,53% do total do serviço da dívida, os mesmos atingiram R\$ 146,68 milhões, o que representou gastos 12,76%, em termos reais, acima do registrado no primeiro semestre de 2002. Já as amortizações, alcançaram R\$ 182,75 milhões no primeiro semestre de 2003, representando 55,47% do total e um desembolso superior a 22,36%, em termos reais, ao realizado no primeiro semestre de 2002.

<sup>1</sup> A equação que define tal trajetória é dada por:

$$D_t = D_{t-1}^R \frac{(1+r^R)}{(1+q)} + D_{t-1}^U \frac{(1+r^U)(1+tc)}{(1+q)(1+\pi)} - h$$

Tabela 6 Evolução do Serviço da Dívida Pública - Ceará - 2000/2003

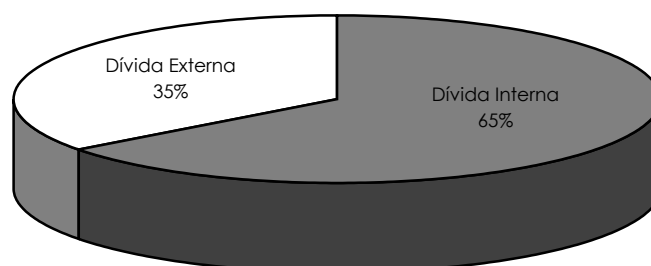
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		VARIACÃO %
	Jan a Jun de 2002 <sup>1</sup>	Jan a Jun de 2003	
Juros e Encargos	130.081	146.682	12,76%
Amortizações	149.351	182.752	22,36%
Total	279.432	329.434	17,89%

Fonte: SEFAZ/IPECE

### 3.3 Composição da Dívida

O gráfico 6 mostra a composição da dívida estadual em julho/2003, onde se percebe que 65% da mesma é representada pela dívida interna e 35% pela externa. Em 2000, a dívida interna alcançou 73% do total, enquanto a externa atingiu 27%. Ao longo do período analisado, percebe-se uma mudança no perfil da dívida, onde o Estado buscou financiamentos externos com taxas mais atrativas que as praticadas pelos agentes financeiros nacionais, embora exposto ao risco cambial.

Gráfico 6 Dívida Pública Estado Ceará, saldo devedor por tipo de dívida - Julho/2003



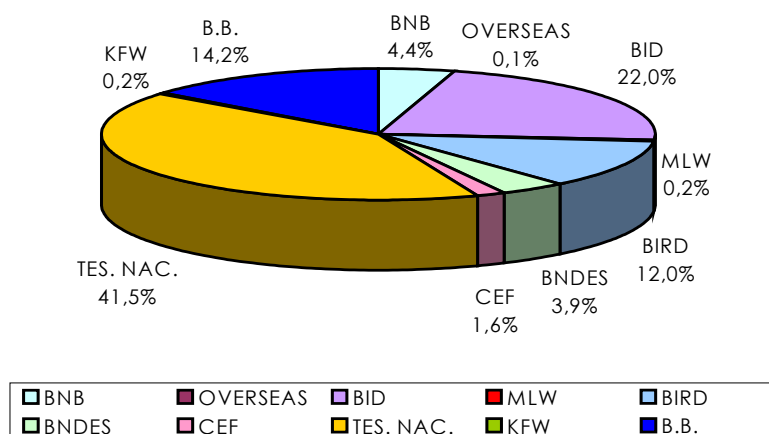
Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.4 Financiadores da Dívida Estadual

A dívida do Estado do Ceará está diluída entre vários agentes financeiros, internos e externos. Em maio/2003 os principais credores do Estado eram o Tesouro Nacional (41,5%), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (22,0%), o Banco do Brasil (14,2%) e o Banco Mundial (BIRD) (12,0%). O gráfico 7 mostra a relação dos credores do Estado.



Gráfico 7 Dívida Pública Estado Ceará, saldo devedor por credor - Maio/2003

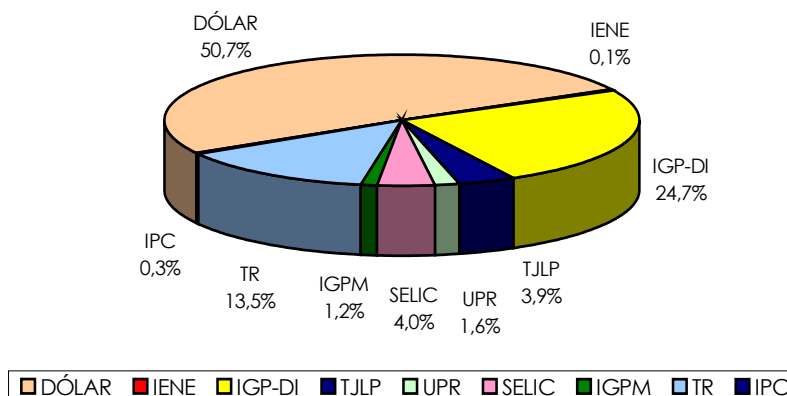


Fonte: SEFAZ / IPECE

### 3.5 Indexadores da Dívida

Em maio/2003 a dívida pública estadual estava atrelada a uma cesta de indexadores, sendo os mais representativos o dólar (50,7%), o IGP-DI (20,97%), a Taxa Referencial (TR) (13,5%), a Taxa SELIC (4,0%), a Taxa de Juros Longo Prazo (TJLP) (3,9%) e Outras, conforme revela o gráfico 8.

Gráfico 8 Composição da Dívida Pública do Estado Ceará, por moeda - Maio/2003



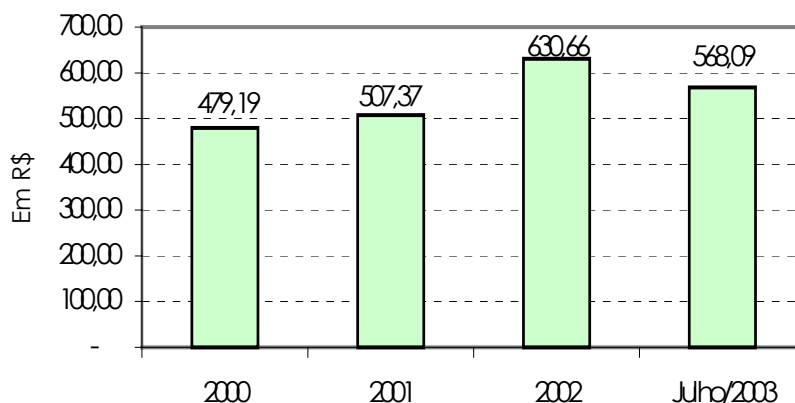
Fonte: SEFAZ/IPECE

### 3.6 Evolução da Dívida Pública Per Capita

O gráfico 9 mostra a dívida *per capita* do Estado do Ceará, onde se observa que mesma vem mantendo certa estabilidade. O ano de 2002 registra uma elevação, em função do crescimento do endividamento motivado pela valorização do dólar

e elevação dos índices de preços. Em julho/2003 a dívida *per capita* do Estado alcançou o valor de R\$ 568,09.

Gráfico 9 Dívida total *per capita* - Ceará - 2000/2003



Fonte: SEFAZ/IPECE

### 3.7 Considerações Finais

Em relação à dívida pública estadual, é importante destacar que a mesma está inserida num contexto nacional, onde o Governo Federal, através do Programa de Estabilização Fiscal, procura manter o controle de endividamento nas várias esferas de governo, ressaltando ser de extrema importância para a sociedade, uma vez que, níveis excessivos de endividamento geram um comprometimento de grande volume da receita futura com pagamento do serviço da dívida, tendo efeitos perversos sobre a quantidade e qualidade dos serviços públicos ofertados à população.

No ano de 2002, sobretudo a partir do mês de abril, a incerteza quanto à política macroeconômica do futuro governo, aliado ao cenário externo negativo, contribuíram para a deterioração das condições macroeconômicas refletidas principalmente na depreciação da taxa de câmbio, que registrou uma depreciação de março a setembro em torno de 40%. Tal resultado teve reflexo direto e expressivo sobre o endividamento estadual, uma vez que 55,69% da dívida é atrelada ao dólar.

Cabe salientar ainda que o Estado vem cumprindo a meta da razão dívida/receita corrente líquida, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando em dezembro/2002 no patamar de 1,43. Em julho/2003 a razão alcançou 1,09, o que coloca o Estado numa situação confortável, em relação aos principais entes da

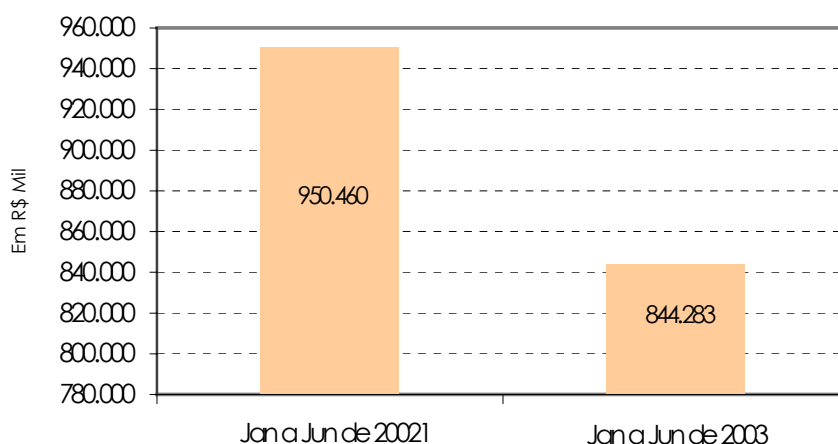
federação. Destacando que o limite legal de endividamento permitido é de duas vezes a receita corrente líquida.

Dessa forma, o Estado do Ceará continua apresentando uma dívida pública bem dimensionada, todavia, sem prescindir de um controle mais efetivo, tendo em vista o crescimento da dívida externa e sua relação direta com a oscilação do dólar.

#### 4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE)

O Estado do Ceará recebeu repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), no primeiro semestre de 2003, no valor de R\$ 884,28 milhões, representando um decréscimo de 11,17% em termos reais, relação ao mesmo período de 2002.

Gráfico 10 Fundo de Participação do Estado - Ceará, 2002-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE

<sup>1</sup> Valor corrigido pelo Índice Composto (IPCA-A 55% e IGP-DI 45%, base agosto/94), a preços médios de Junho/2003.

#### 5 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF)

##### 5.1 Considerações sobre o Fundo

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e sua regulamentação estão na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi

implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar.

A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau) no País, ao subvincular uma parcela dos recursos a esse nível de ensino. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização dos recursos correspondentes, promovendo a partilha de recursos entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

## 5.2 Receitas e Despesas

No primeiro semestre de 2003 as transferências recebidas pelo Estado para o FUNDEF, atingiram o valor de R\$ 85,77 milhões, representando uma redução de 17,54% em termos reais, considerando o mesmo período de 2002. No período, as despesas alcançaram o patamar de R\$ 79,31 milhões, que resultou num decréscimo de 10,63%, em termos reais, em relação ao primeiro semestre de 2002. Confrontando as receitas com as despesas, o FUNDEF apresentou um superávit de R\$ 6,46 milhões, valor este inferior em 57,68% ao resultado do primeiro semestre de 2002.

Tabela 7 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de valorização do Magistério FUNDEF), Ceará, 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VARIAÇÃO %
	Jan a Jun de 2002 <sup>1</sup>	Jan a Jun de 2003	
Receitas	104.015	85.773	-17,54
Despesas	88.743	79.309	-10,63
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>15.272</b>	<b>6.463</b>	<b>-57,68</b>

Fonte: SEDUC.

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45% base agosto/94), a preços de Junho/2003

## 5.3 Origens das Receitas do Fundo

A tabela 8, mostra a origem das receitas do FUNDEF, no primeiro semestre de 2003, onde se verifica que as principais fontes são constituídas pelos repasses da União, provenientes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tabela 8 Demonstrativo das Receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Ceará, 2003

ORIGEM RECEITA	JAN/2003		FEV/2003			MAR/2003			ABR/2003			MAI/2003			JUN/2003		
	Valor R\$	Partic. %	Valor R\$	Partic. %	Fev / Jan	Valor R\$	Partic. %	Mar / Fev	Valor R\$	Partic. %	Abr / Mar	Valor R\$	Partic. %	Mai / Abr	Valor R\$	Partic. %	Jun / Mai
FPM	3.101	7,04	3.264	28,94	5,26	2.826	22,66	-13,42	2.679	16,11	-5,22	3.775	24,05	40,91	2.651	23,05	-29,77
FPE	4.277	23,50	4.503	39,93	5,30	3.906	31,31	-13,26	3.719	22,37	-4,79	5.216	33,23	40,26	3.663	31,85	-29,77
ICMS	0.466	57,51	3.196	28,34	-69,47	5.447	43,67	70,47	9.950	59,85	82,65	6.393	40,73	-35,74	4.897	42,58	-23,41
IPI exp	1	0,33	60	0,53	-0,65	56	0,45	-7,61	62	0,37	11,77	48	0,31	-22,63	54	0,47	11,77
Deson. Export. (LC 87/96)	45	0,80	130	1,15	-10,46	130	1,04	0,00	130	0,78	0,00	130	0,83	0,00	130	1,13	0,00
Lei Kandir (91/97)	95	0,52	100	0,88	5,20	86	0,69	-13,67	81	0,49	-5,95	115	0,73	41,99	81	0,70	-29,81
SUBTOTAL	18.145	-	11.253	-	-	12.451	-	-	16.620	-	-	15.677	-	-	11.475	-	-
Rend. Aplic. Finan/Restituições	55	0,30	25	0,22	-54,35	23	0,18	-7,72	5	0,03	-77,69	19	0,12	260,71	26	0,22	39,55
RECEITA TOTAL	18.199	00,00	11.278	100,00	-38,03	12.474	100,00	10,61	16.626	100,00	33,28	15.696	100,00	-5,59	11.501	100,00	-26,73

Fonte: SEDUC.